

Intervenção do deputado Carlos Carvalhas na Assembleia da República Portuguesa (Lisboa, 2 Fevereiro 1977)

Source: Diário da Assembleia da República. 02.02.1977, n.º 70 (I legislatura, 1a Sessão legislativa). Lisboa: Assembleia da República. www.parlamento.pt.

Copyright: All rights of reproduction, public communication, adaptation, distribution or dissemination via Internet, internal network or any other means are strictly reserved in all countries.

The documents available on this Web site are the exclusive property of their authors or right holders.

Requests for authorisation are to be addressed to the authors or right holders concerned.

Further information may be obtained by referring to the legal notice and the terms and conditions of use regarding this site.

URL:

http://www.cvce.eu/obj/intervencao_do_deputado_carlos_carvalhas_na_assembleia_da_republica_portuguesa_lisboa_2_fevereiro_1977-pt-14ac5f03-8d10-4021-a3a9-0cf03f5c7391.html

Publication date: 24/10/2012

Intervenção do deputado Carlos Carvalhas na Assembleia da República Portuguesa (Lisboa, 2 Fevereiro 1977)

O Sr. **Carlos Carvalhas** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A crise do mundo capitalista, que se agudizou a partir de 1973, atinge todos os países capitalistas em todos os planos: económico, financeiro, monetário, social e moral.

O Secretariado das Estatísticas das Comunidades Europeias, no seu volume anual sobre as contas dos países membros, revela que em 1975, pela primeira vez desde a formação da CEE, se registou uma taxa negativa do PIB, quer para o conjunto da Comunidade, quer para cada um dos países membros.

A preços constantes, a diminuição mais pronunciada do PIB verificou-se no Luxemburgo (—7,7%), na Itália (—3,7%) e na República Federal da Alemanha (—2,3%).

A evolução dos investimentos caracterizou-se também por uma quebra acentuada. Depois de uma baixa de 2,5% em 1974, a formação bruta de capital fixo diminuiu 5,2% em 1975. Neste último ano as baixas mais sensíveis registaram-se também na Itália (—13%), na Dinamarca (—11%) e no Luxemburgo (—10%).

O aumento do desemprego, dos *stocks* e dos preços, bem assim como a quebra de encomendas, foram outros aspectos concretos verificados na generalidade dos países capitalistas.

Vale a pena referir aqui alguns traços da economia portuguesa durante esse mesmo ano.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Apesar da herança do fascismo, da sabotagem do grande capital —que actuou em plena liberdade durante o «reinado» de Spínola — e apesar do boicote económico feito pelas multinacionais e pelo imperialismo, a economia portuguesa teve, durante o ano de 1975, um comportamento mais favorável do que as restantes economias dos países capitalistas desenvolvidos. Isto, aliás, é confirmado quer pelo Orçamento Geral do Estado para 1976, quer ainda pelos «insuspeitos» relatórios do MIT e Banco Mundial. Mas como nesse período se verificaram e iniciaram as grandes conquistas e transformações revolucionárias — nacionalizações, Reforma Agrária, *contrôle* operário, assim como se deram grandes passos na descolonização —, as forças reaccionárias e reformistas não conseguem esconder, aqui e lá fora, o seu ódio de classe à Revolução e às grandes transformações verificadas nesse período.

Por isso, contra a realidade dos factos, afirmam que as causas da crise e de todos os males se devem a seis meses de governo de 1975.

Se essa mistificação serve as forças reaccionárias, não vemos que a mesma possa servir as forças interessadas na construção de um Portugal livre e independente rumo ao socialismo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Para alguns tecnocratas, adeptos do modo de produção capitalista, a economia dos países capitalistas estava a dar sinais de recuperação em 1976 (a crise teria passado de vez), mas a verdade é que as estatísticas reveladas nas últimas semanas não só não confirmam tal optimismo, como apontam, sim, para uma nova depressão...

Em França, os últimos indicadores revelam um novo aumento de desemprego, do ritmo inflacionista, de falências de pequenas e médias empresas e da aceleração do processo de concentração de capital e da produção na mão dos trinta e cinco monopólios.

Em Itália, o *deficit* da balança comercial ultrapassou os 4 biliões de liras durante os dez primeiros meses de 1976, o que representa um aumento três vezes superior ao mesmo período de 1975.

Na Inglaterra, só nos últimos três anos encerraram 2 600 fábricas e a indústria automóvel acusava, de Janeiro a Setembro de 1976, uma baixa de 19% em relação a igual período de 1975.

Na Dinamarca, o panorama é o mesmo: de 15 a 22 de Dezembro de 1976 o número de desempregados

aumentou em 50 000, atingindo no fim do ano 150 000, segundo as estatísticas oficiais.

Esta é a realidade do modo de produção capitalista. Só para dar mais um exemplo significativo, refiro a produção de aço, que em 1976 diminuiu 13% nos países da CEE, quando comparado com o ano de 1975.

Por outro lado, a crise do sistema monetário internacional mantém-se, ao mesmo tempo que se agrava a concorrência intermonopolista e imperialista.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Mercado Comum contava no fim do ano com mais de 5 milhões de desempregados (atingindo uma elevada percentagem de jovens e mulheres), não incluindo este número os emigrantes que foram obrigados a regressar às suas pátrias, nem os que trabalham dois ou três dias por semana.

As contradições no seio da CEE são evidentes. A crise, para os peritos de Bruxelas, põe em causa as conquistas da integração monopolista na CEE. O balanço dos anos 1972 a 1976, cobrindo o terceiro programa de integração, é um fracasso. Não há, citamos, «comunidade de crescimento e estabilidade, não há progresso da união económica e monetária, não há uma estratégia comum». Até hoje ainda não conseguiram definir uma política agrícola comum, nem uma política monetária, nem energética.

É evidente que nunca esperámos das instituições da CEE uma autocrítica sobre a política seguida há mais de vinte anos ao serviço do grande capital. Mas a vida é reveladora da sua impotência, das suas contradições, da natureza de classe da sua política. A crise do capitalismo monopolista de estado em todos os países europeus está às claras.

O que o grande capital em crise consegue coordenar no Mercado Comum é a política anti-social e antidemocrática, procurando fazer acreditar, convencer a opinião pública, através de uma grande campanha de propaganda, que a «austeridade», a redução do nível de vida e do poder de compra resulta em benefício dos trabalhadores. No restante, mantêm-se as rivalidades e contradições, na busca da posse e partilha de mercados, das zonas de influência, do desenvolvimento dos monopólios, na busca do máximo lucro. A forma capitalista para ultrapassar a crise é só uma: carregar sobre os ombros dos trabalhadores todos os custos da mesma. Neste sentido procuram recuperar, com o aumento da exploração do trabalho assalariado, a diminuição dos lucros nestes últimos tempos.

A militarização da economia, com o conseqüente aumento de impostos, é outro traço característico. Há muito tempo que os Estados capitalistas se servem da militarização da economia como meio para regularizar a crise, como instrumento de delapidação das forças produtivas. Durante a sua história, o capitalismo tem utilizado vários meios para tentar ultrapassar as crises de superprodução. São conhecidos os casos da queima de produtos alimentares, da não colheita do trigo, do lançamento do leite às ribeiras, enquanto centenas de milhares de homens morriam à fome. Mas todos estes factos são, nos nossos dias, meras brincadeiras quando comparados com a delapidação do trabalho, com a destruição das riquezas acumuladas a que conduz a corrida aos armamentos.

Por outro lado, os países capitalistas desenvolvidos procuram também «exportar» a crise e fazê-la suportar pelos trabalhadores e pelos povos dos países em vias de desenvolvimento, pelos países dependentes e dominados pelas multinacionais e pelo grande capital internacional.

Por isso, a luta pelo fim da corrida aos armamentos e a luta pelo estabelecimento de uma «nova ordem económica internacional», reivindicada pelos países do chamado Terceiro Mundo e pelos países socialistas, tendo por base a Carta dos Direitos e Deveres dos Estados formulada na ONU, a resolução do problema das matérias-primas, do novo sistema monetário e das relações comerciais externas, é uma luta justa e que vai no sentido da paz e do progresso dos povos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Apesar de a Constituição da República Portuguesa apontar o rumo do socialismo e a organização económico-social dever assentar no desenvolvimento das relações de produção socialistas, mediante a apropriação colectiva dos principais meios de produção e solos, bem como dos

recursos naturais, e o exercício do poder democrático das classes trabalhadoras, há quem continue a procurar atrelar Portugal à Europa da decadência, à Europa dos monopólios, sem sequer ter em conta a estrutura do seu aparelho produtivo, procurando convencer o nosso povo de que na CEE irão coexistir, na construção do socialismo, os monopólios, as multinacionais e a economia portuguesa..., em plena concertação!

Há quem continue a pensar ou a tentar fazermos acreditar que é com o modelo capitalista que nos salvamos, que é com o total endividamento do País, com o crescente enfeudamento do comércio externo a meia dúzia de países capitalistas que se defende a independência nacional e se constrói o socialismo...

A política de cedências ao capital internacional e nacional e às forças reaccionárias é uma política que, longe de as apaziguar ou de levar à recuperação económica, conduzirá ao agravamento da crise, pondo em perigo as liberdades e as grandes conquistas do 25 de Abril. A crise económica exige medidas imediatas, com os trabalhadores, exige uma grande mobilização nacional e soluções nacionais e não a subordinação aos esquemas e imposições das missões do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial ou do Banco Europeu de Investimentos, que não se encontram em Portugal — devassando a informação económica —, pelos lindos olhos dos trabalhadores e do povo português.

A desvalorização do escudo, a liberalização dos preços e dos despedimentos, as indemnizações ao grande capital, as desnacionalizações, a cisão sindical são algumas das exigências e soluções apontadas. Servirão elas a recuperação económica? Servirão o povo português? Nós pensamos que não.

Aplausos do PCP.